

13 de Mayo de 2011 / 13 de Maio de 2011

---

## Argentina - Clarin

### Brasil frenó el ingreso de vehículos que se producen en la Argentina

Primero fueron amenazas verbales, pero ahora ya son represalias. El gobierno de Dilma Rousseff avaló las retaliaciones contra la Argentina, decididas por el ministro de Desarrollo e Industria Fernando Pimentel por las trabas que desde Buenos Aires le imponen a las importaciones brasileñas. La industria de autos y autopartes argentina dejó de contar, desde ayer, con el régimen que le permitía exportar libremente al mercado vecino.

Los envíos de unidades, y de sus componentes, deberán aguardar que las autoridades de Brasilia le otorguen permiso para entrar. El trámite no debería demorar más de dos meses, pero en los hechos ese plazo se llega a duplicar.

El impacto de las represalias brasileñas contra Argentina puede ser devastador para la industria más dinámica del país : la automotriz. Esto indica que el ministro Pimentel decidió golpear allí donde duele. Basta ver cifras: en 2010, Brasil importó 634.000 vehículos (18,8% de su demanda interna) y la Argentina, que colocó 358.362 unidades, fue su principal proveedor (56%). Le siguió Corea del Sur (con 137.800 unidades) y atrás México (con 66.500 vehículos).

Ayer, la ministra Débora Giorgi reaccionó: “Este tipo de comportamiento atenta contra el diálogo natural entre los dos socios mayoritarios del Mercosur y afecta el compromiso que asumieron las dos presidentas de equilibrar la balanza comercial”. Pimentel había señalado, el martes último, que Brasil esperaría una respuesta de Argentina antes de tomar medidas drásticas: “Hay que darle un crédito de confianza” indicó al tiempo que mencionaba el domingo próximo como plazo. Sin embargo, ese martes instruyó a las aduanas de su país a exigir a las automotrices argentinas el permiso de importación extendido por Brasilia, medida que entró en vigencia y que rige para 28 ítems del sector.

---

La Selección de Noticias del MERCOSUR reúne notas de prensa de distintas fuentes. Esta Selección no refleja la opinión ni posición oficial del Parlamento del MERCOSUR; su contenido es incluido sólo como una referencia a los visitantes de nuestra página en Internet. / A seleção de notícias do MERCOSUL reúne notícias de imprensa de distintas fontes. Esta seleção não reflete a opinião e posição oficial do Parlamento do MERCOSUL, sendo apenas uma referência aos visitantes do nosso site.

13 de Mayo de 2011 / 13 de Maio de 2011

En lo formal, en el Ministerio de Desarrollo e Industria de Brasil niegan que tales disposiciones sean exclusivamente para la Argentina. Afirman que rigen también para México, Corea del Sur y otros exportadores de autos al mercado brasileño. Pero en off the record admiten que la medida se tomó para avisar al gobierno argentino que “la paciencia llegó al límite”.

Según la diplomacia brasileña, hubo hechos previos que dejaron una profunda irritación. Cuentan que en marzo el vicescanciller Ruy Nogueira estuvo en Buenos Aires y que intentó negociar la convocatoria de un encuentro de ministros para discutir el asunto. La misión no prosperó por las dilaciones argentinas en fijar una fecha para la reunión. También enrareció el clima un “incumplimiento” del gobierno de Cristina Kirchner en cuanto al compromiso de liberar el 3 de mayo último la importación de 200 productos brasileños que estaban, y están, sujetos a licencias previas no automáticas.

Hay otra lectura: el gobierno de Dilma sufre una fuerte presión del sector privado, que pierde día a día competitividad por causa de un real extremadamente valorizado.

En ese contexto, el segmento empresarial fabril encontró en la Argentina una vía de escape para colocar su producción manufacturera excedente. Y ahora no quiere perderla.

## Brasil - Jornal do Senado

### Reconhecimento de diploma no Mercosul ficará mais fácil

Acordo aprovado ontem na CRE, mediante projeto de decreto legislativo que vai ao Plenário, deve beneficiar milhares de jovens que têm seus diplomas contestados em países vizinhos.

O reconhecimento de diplomas de cursos de graduação entre os países do Mercosul deverá se tornar mais fácil. Esse é o objetivo de acordo firmado entre os quatro países do bloco — Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai — e dois outros

13 de Mayo de 2011 / 13 de Maio de 2011

---

países sul-americanos, Bolívia e Chile. O texto recebeu ontem a aprovação da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE).

A assinatura do acordo ocorreu durante a reunião de cúpula do bloco realizada em junho de 2008, na cidade argentina de Tucumán. O texto representa a base jurídica para a atuação articulada das autoridades educacionais.

O acordo — que consta do Projeto de Decreto Legislativo (PDS) 636/10 — estabelece mecanismo de credenciamento definitivo de cursos de graduação nos países do Mercosul, com base na experiência do Mecanismo Experimental de Credenciamento, já aplicado a cursos de agronomia, engenharias e medicina.

Para o relator, Cristovam Buarque (PDT-DF), o acordo ajudará a resolver problemas de milhares de jovens cujos diplomas são contestados nos países vizinhos.

A comissão aprovou três outros projetos de decreto legislativo. O PDS 641/10 trata do acordo entre os países do Mercosul sobre tráfico ilícito de migrantes. O PDS 640/10 aprova o acordo de assistência jurídica mútua em assuntos penais firmado pelos países do Mercosul, além de Bolívia e Chile. Ambos tiveram como relator Luiz Henrique (PMDB-SC). Já o PDS 73/11, que teve como relator Eduardo Suplicy (PT-SP), aprova acordo firmado com o México sobre autorização de trabalho a dependentes de agentes diplomáticos.

## Brasil - Agência Senado

### **Ana Amélia critica 'paternalismo' do Brasil em relação a países do Mercosul**

A senadora Ana Amélia (PP-RS) criticou nesta sexta-feira (13) o tratamento que o Brasil tem dado aos países do Mercosul, definido por ela como "paternalista". O governo brasileiro, apesar de sofrer restrições comerciais do bloco, observou a senadora, continua com a política de beneficiar os países vizinhos.

13 de Mayo de 2011 / 13 de Maio de 2011

Como exemplo, Ana Amélia citou a barreira comercial adotada pela Argentina em relação às máquinas e equipamentos agrícolas brasileiros e a criação de free shops pelo governo uruguaio na fronteira com o Brasil, que prejudicam os empresários brasileiros, como afirmou. No entanto, ressaltou, o Congresso Nacional aprovou, nessa quarta-feira (11), o aumento do valor pago pelo Brasil pela energia elétrica excedente da usina de Itaipu.

O município gaúcho de Doutor Maurício Cardoso sedia duas empresas que produzem a maior parte dos equipamentos agrícolas do país, como tratores e colheitadeiras, informou a senadora. Com as restrições adotadas, a Argentina impediu nos últimos meses a entrada de 800 máquinas brasileiras em seu território. Em consequência, mais de 300 trabalhadores dessas indústrias foram demitidos e as empresas já pensam em se transferir para aquele país e passar a concorrer com as empresas brasileiras.

A senadora defendeu a criação de free shops nas cidades de Jaguarão, Quaraí, Livramento e outras fronteiriças com o Uruguai. Ana Amélia ressaltou que os comerciantes brasileiros dessas localidades estão falindo por não conseguirem enfrentar a concorrência com os comerciantes uruguaios.

## Brasil – Folha de São Paulo

### Vizinho afirma que ação é "intempestiva"

O governo de Cristina Kirchner afirmou que foi surpreendido pela decisão brasileira de adotar licenças prévias para a importação de veículos e que a medida "intempestiva e sem aviso" afeta 50% do total do comércio bilateral entre os países.

"Esse tipo de comportamento atenta contra o diálogo natural dos sócios majoritários do Mercosul e, fundamentalmente, o compromisso que assumiram as presidentes de equilibrar a balança bilateral e promover industrialização harmônica", disse a ministra da Indústria, Débora Giorgi, em nota divulgada ontem.

13 de Mayo de 2011 / 13 de Maio de 2011

---

Ela disse que, quando a Argentina ampliou licenças de importação de 400 para 600, em fevereiro, o governo brasileiro foi avisado com dez dias de antecedência.

"As medidas que tomou o Brasil repercutem sobre um setor, como a cadeia automotiva, em que a Argentina tem um deficit crescente."

#### OVO DE PÁSCOA

Além de chocolates e ovos de Páscoa barrados pelas autoridades do país, há uma série de licenças não automáticas impostas pela Argentina que afetam exportadores brasileiros. Elas não foram analisadas no prazo máximo de 60 dias, como determina a OMC (Organização Mundial do Comércio).

A atitude do país vizinho afetou a indústria brasileira que vende à Argentina máquinas agrícolas, eletrodomésticos, tratores e pneus.

Além de tentar proteger sua indústria, o governo Cristina Kirchner, com as travas comerciais, busca não comprometer a balança comercial do país.

As importações argentinas aumentaram no ano passado 46%, ante uma expansão de 23% das exportações.

O movimento coloca em risco o superavit da balança comercial.

O comércio entre os países, no ano passado, foi superior a US\$ 33 bilhões. O Brasil é superavitário -o deficit da Argentina, em 2010, foi de US\$ 4 bilhões.

## Brasil - Valor Econômico

### Brasil concentra no setor automotivo a retaliação à Argentina

Depois de cogitar a imposição de travas na importação de variados bens argentinos no setor automotivo, em represália ao protecionismo do sócio do Brasil no Mercosul, as autoridades brasileiras decidiram concentrar-se no principal item da pauta: automóveis. Desde quarta-feira, como pode ser conferido na página da

13 de Mayo de 2011 / 13 de Maio de 2011

---

Secretaria da Receita Federal na internet, quem tenta importar veículos da Argentina recebe a informação de que é necessária "anuência prévia" do Ministério do Desenvolvimento. Até a semana passada, só era exigida anuência (certificação) do Ibama.

Veículos de passeio, coletivos e de carga somam 32,7%, quase um terço, de todas as vendas argentinas ao Brasil. As compras desses produtos pelo mercado brasileiro aumentaram acima de 30% nos quatro primeiros meses de 2011, comparados ao mesmo período do ano passado. A exigência nova, sem a qual não é emitida a licença de importação no Brasil, está explícita na página [www.receita.fazenda.gov.br/aduana/importacao.htm](http://www.receita.fazenda.gov.br/aduana/importacao.htm), no item "Simulador do Tratamento Tributário e Administrativo das Importações". Lá se informa que "para determinados países" a anuência é exigida.

O texto é propositadamente vago, para evitar acusações de discriminação, proibida pela Organização Mundial do Comércio, e dar margem de manobra à burocracia. Mas o alvo, garantem os técnicos, é a Argentina, embora o ministério oficialmente não reconheça a retaliação.

Executivos do setor automotivo consultados pelo Valor confirmaram que receberam do governo a informação de que o objetivo é forçar a Argentina a negociar o fim de medidas de retenção de produtos brasileiros nas alfândegas vizinhas. A notícia da nova exigência surpreendeu e foi comentada por executivos de montadoras que se reuniram nesta semana em Buenos Aires para discutir regras de origem e seu tratamento no possível acordo de livre comércio entre Mercosul e União Europeia. Segundo um participante da reunião, os argentinos se comprometeram a redobrar pressões sobre o governo local, para negociar.

Oficialmente, o ministro do Desenvolvimento, Fernando Pimentel, afirma que a medida foi tomada para "monitorar" a importação de automóveis de todas as procedências, que cresceu quase 80% em abril, em relação a abril do ano passado. Ele argumenta que buscou atender a apelos da indústria, temerosa de importação desleal de automóveis da Ásia. Pimentel afirma que o Brasil havia importado US\$ 789 milhões em carros entre janeiro e abril de 2010 e, no mesmo período deste ano, esse déficit superou US\$ 1,9 bilhão.

---

La Selección de Noticias del MERCOSUR reúne notas de prensa de distintas fuentes. Esta Selección no refleja la opinión ni posición oficial del Parlamento del MERCOSUR; su contenido es incluido sólo como una referencia a los visitantes de nuestra página en Internet. / A seleção de notícias do MERCOSUL reúne notícias de imprensa de distintas fontes. Esta seleção não reflete a opinião e posição oficial do Parlamento do MERCOSUL, sendo apenas uma referência aos visitantes do nosso site.

6

13 de Mayo de 2011 / 13 de Maio de 2011

---

As montadora instaladas no país, de fato, vêm se queixando da entrada de concorrentes não submetidos às mesmas dificuldades da produção no país, e apontado aumento na venda de importados e retração nos negócios locais. Mas, embora ninguém do setor queira falar publicamente do assunto, executivos de duas grandes montadoras brasileiras mostraram preocupação com a escalada protecionista no Mercosul e disseram ao Valor ter expectativa, alimentada em Brasília, de que a reação do Brasil leve a Argentina a voltar atrás na retenção de quase 2,5 mil máquinas agrícolas exportadas e submetidas a exigências burocráticas da aduana argentina.

Os empresários defendem que o Brasil aja como acreditam estar atuando a Argentina, dificultando importações oficiosamente pelo manejo de mecanismos burocráticos, segundo comentou um alto executivo da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp). O presidente da entidade, Paulo Skaf, recentemente acusou o governo argentino de causar prejuízos de quase US\$ 6 milhões à indústria de chocolate e doces ao reter produtos nas alfândegas às vésperas da Páscoa.

Ontem, a imprensa argentina citava assessores não identificados da ministra da Indústria, Débora Giorgi, negando que o governo vizinho houvesse recebido alguma comunicação por escrito do governo brasileiro cobrando o fim do protecionismo. Pimentel, por intermédio da assessoria, confirmou, porém, ter enviado a Giorgi carta e fax com o pedido de explicações para a retenção de mercadorias brasileiras. E sustenta que espera resposta. Os secretários-gerais dos ministérios do Desenvolvimento, Alessandro Teixeira, e de Relações Exteriores, Ruy Nogueira, estão de sobreaviso para uma possível viagem a Buenos Aires, caso haja convite da contraparte argentina.

Tanto no Itamaraty quanto no Ministério da Indústria argentino é pronunciada a mesma palavra, "desdramatizar", para definir o estado de espírito nos dois governos. O Itamaraty vem dando apoio às queixas feitas publicamente por Pimentel, porém. O ministro do Desenvolvimento tem garantido aos interlocutores que está fora de questão uma escalada protecionista no Brasil, e que não está em seus planos disseminar barreiras burocráticas ao ingresso de mercadorias.

13 de Mayo de 2011 / 13 de Maio de 2011

Os brasileiros reconhecem o argumento levantado pelos argentinos de que as exportações brasileiras vêm crescendo vigorosamente para o país vizinho. Os argentinos também argumentam que os setores que apontam problemas são uma parcela pequena do total - ainda que, potencialmente, a exigência de licenças "não automáticas", ao afetar 577 produtos, possa causar dificuldades a quase 28% das vendas brasileiras ao vizinho. O que é inaceitável, para autoridades e empresários brasileiros, é a insegurança e falta de transparência adotada pela Argentina na administração das importações, que desmoraliza o Mercosul e começa a desestimular multinacionais a contar com a área de livre comércio em suas estratégias de negócios.

## Brasil – O Estado de São Paulo

### Medida é atentado a diálogo, diz Argentina

Em um comunicado emitido na noite de ontem, a ministra da Indústria da Argentina, Débora Giorgi, criticou as medidas brasileiras que dificultam a entrada de automóveis argentinos no Brasil e acusou o Ministério do Desenvolvimento brasileiro de "atentar contra o diálogo natural" dos dois sócios comerciais.

Famosa por suas posições duras em relação ao Brasil, a ministra afirmou que, "com a aplicação de licenças não automáticas para o setor automotivo, o Ministério do Desenvolvimento do Brasil está agindo de forma intempestiva e sem aviso, afetando 50% do comércio bilateral".

A ministra, conhecida como "Senhora Protecionismo", sustentou que ficou sabendo da medida brasileira por meio dos empresários argentinos. "Quando a Argentina aplicou em fevereiro passado 200 posições novas em licenças não automáticas, o governo argentino informou o Brasil dez dias antes do anúncio oficial e a medida só entrou em vigência 30 dias depois."

Ontem a Associação de Fabricantes de Automotores (Adefa) disse que a medida causou surpresa porque não houve nenhuma informação nem para as montadoras no Brasil nem na Argentina, tampouco para o governo.

---

La Selección de Noticias del MERCOSUR reúne notas de prensa de distintas fuentes. Esta Selección no refleja la opinión ni posición oficial del Parlamento del MERCOSUR; su contenido es incluido sólo como una referencia a los visitantes de nuestra página en Internet. / A seleção de notícias do MERCOSUL reúne notícias de imprensa de distintas fontes. Esta seleção não reflete a opinião e posição oficial do Parlamento do MERCOSUL, sendo apenas uma referência aos visitantes do nosso site.

8



13 de Mayo de 2011 / 13 de Maio de 2011

---

Débora Giorgi também disse que as medidas "repercutem sobre um setor, como a cadeia automotiva, onde a Argentina possui um déficit crescente, que no primeiro trimestre de 2011 foi de US\$ 1 bilhão e duplicou o volume do mesmo período de 2010".

A ministra, autora de várias medidas protecionistas contra produtos brasileiros, afirmou que "esse tipo de comportamento (do ministério) atenta contra o diálogo natural dos dois maiores sócios do Mercosul". "E, fundamentalmente, afeta o compromisso de equilibrar a balança comercial que as duas presidentes assumiram, para conseguir uma industrialização harmônica."

A decisão do governo brasileiro é um duro golpe às montadoras instaladas na Argentina, "meninas dos olhos" do governo de Cristina Kirchner. Analistas consultados pelo Estado em Buenos Aires indicaram que a medida mostraria que a "paciência estratégica" do Brasil com a Argentina, ao longo dos oito anos do governo Lula, teria acabado.

Destino. "O Brasil é o destino por excelência das vendas argentinas de veículos. Por isso, parece que é uma retaliação encoberta", disse ao Estado o economista Mauricio Claverí, da consultoria Abeceb. "Sem dúvida, é a forma de retaliar que mais tem efeito sobre o governo Kirchner."

"Em 2009, quando o Brasil retaliou barreiras argentinas com a aplicação de medidas contra alimentos argentinos, o efeito foi rápido e o governo Kirchner cedeu. No caso das exportações automotivas, que são o "coração" das vendas ao exterior, a resposta deve ser ainda mais rápida." Na sequência, Claverí usou uma expressão tipicamente argentina para dizer que o conflito não chegará a um ponto sem retorno: "La sangre no llegará al río (o sangue não chegará ao rio)".

Em 2010, do total de 457 mil veículos exportados pela Argentina, 370 mil foram enviados ao Brasil, o equivalente a 81% das vendas do setor ao exterior. Em dinheiro, foram US\$ 5,3 bilhões, de um total de US\$ 6,584 bilhões exportados ao Brasil.

13 de Mayo de 2011 / 13 de Maio de 2011

Segundo a Adefa, as exportações de automóveis já estão sendo barradas na fronteira por causa do licenciamento não automático anunciado pelo governo brasileiro. "Algumas empresas já foram afetadas pela medida. Elas contavam com licenças automáticas quando fizeram os embarques, mas ao chegar à fronteira as autoridades brasileiras não liberaram a entrada", disse o secretário executivo da Adefa, Fernando Canedo.

Canedo não quis identificar quais seriam as empresas atingidas, mas a Agência Estado apurou com fontes do mercado que seriam a Mercedes-Benz, a Toyota e a General Motors. "Hoje são apenas três, mas nos próximos dias serão todas as montadoras", disse a fonte.

#### PARA ENTENDER

Ao longo da última década, o setor automotivo argentino saiu do inferno em direção ao paraíso. O fundo do poço ocorreu em 2002, em meio à maior crise econômica, social e financeira da Argentina, quando a produção automotiva foi de apenas 90 mil unidades, a marca mais baixa desde 1960. Mas desde 2003, o setor começou uma recuperação persistente, em grande parte por causa do mercado brasileiro. Em 2010, o país produziu 724 mil unidades.

## Brasil – O Estado de São Paulo

### Uruguai se diz cansado de barreiras

O governo do presidente uruguaio José Mujica, cansado das constantes violações do espírito de livre comércio do Mercosul, propôs aos dois principais sócios - o Brasil e a Argentina - que os países do bloco avisem com 15 dias de antecedência as eventuais aplicações de medidas protecionistas.

No pedido, que misturou ironia com frustração pela falta de cumprimento das normas de livre comércio, o governo do Uruguai destacou que se trata de "15 dias úteis antes de sua entrada em vigência" e os anúncios não somente deveriam incluir as tradicionais licenças não automáticas, mas também "medidas de qualquer tipo".

---

La Selección de Noticias del MERCOSUR reúne notas de prensa de distintas fuentes. Esta Selección no refleja la opinión ni posición oficial del Parlamento del MERCOSUR; su contenido es incluido sólo como una referencia a los visitantes de nuestra página en Internet. / A seleção de notícias do MERCOSUL reúne notícias de imprensa de distintas fontes. Esta seleção não reflete a opinião e posição oficial do Parlamento do MERCOSUL, sendo apenas uma referência aos visitantes do nosso site.

10

13 de Mayo de 2011 / 13 de Maio de 2011

Para evitar que em Buenos Aires e Brasília os governos interpretem de forma incorreta o pedido uruguaio, o diretor nacional de Indústrias, Sebastián Torres, detalhou as barreiras que deveriam ser avisadas com antecedência: "As cotas, as disposições sobre etiquetados, os requisitos técnicos, medidas sanitárias ou fitossanitárias, a exigência da apresentação de qualquer tipo de certificado para autorizar uma importação e critérios-valor".

Em fevereiro passado o Uruguai foi pego de surpresa por uma saraivada de medidas protecionistas do governo argentino, que aplicou barreiras a 585 produtos fabricados no país. Segundo o Uruguai, "a aplicação de medidas não alfandegárias impede o livre comércio".

O governo uruguaio quer que o Mercosul defina o assunto até a cúpula que o bloco do Cone Sul realizará em Assunção, Paraguai, nos dias 23 e 24 de junho.

Nessa cúpula - que promete ser agitada pelo ressurgimento dos conflitos comerciais -, os países-sócios celebrariam de forma atrasada os 20 anos da criação do Mercosul, que completou duas décadas em março passado.

De quebra, Hugo Chávez promete insistir com a aprovação da entrada da Venezuela como sócio pleno. A entrada oficial do país foi aprovada pelos parlamentos do Uruguai, Argentina e Brasil. Ainda depende do Senado paraguaio, onde a oposição - que tem a maioria - se recusa a aceitar o país no bloco.

## Paraguay – ABC Color

### **Senadora del PT admite que precio de energía paraguaya es un regalo**

El argumento de que Paraguay no entró nada, solo fue con el agua, es prejuicioso, simplista y desinformado, porque el agua es un recurso estratégico, dijo la senadora Gleisi Hoffmann (PT/PR), al defender la aprobación de las notas reversales. El proyecto de decreto evidenció una clara división de la Cámara.

13 de Mayo de 2011 / 13 de Maio de 2011

---

La ex directora financiera de Itaipú, y ya catalogada ahora como “abogada” de Paraguay en esta causa, fundamentó que la usina es autosuficiente y paga sus compromisos con la energía producida y, también, que la corrección de valores solicitada se encontraba en los parámetros razonables.

Augusto Castro, de la Agencia Senado (BR), al relatar las alternativas de las deliberaciones, que ocuparon gran parte de la tarde y noche del miércoles, alude las posiciones encontradas que se visualizaron en las discusiones sobre la pertinencia de ajustar la cantidad pagada por el excedente de energía que Brasil compra de Paraguay.

Gleisi Hoffmann (PT-PR), dice el material, demostró la responsabilidad de Brasil para ayudar a consolidar el bloque del Mercosur y aseguró que los consumidores brasileños no serán penalizados con el aumento de la tarifa.

Hoffmann actuó como relatora de la Comisión de Relaciones Exteriores y de Defensa Nacional del Senado, que se expidió a favor de la aprobación de las reversales del 2009, que modifica la fórmula de cálculo de la compensación paraguaya en Itaipú que pasa de US\$ 2,83 el MWh a US\$ 8.49 el MWh.

Sobre el punto, la senadora del PT dijo en su intervención del miércoles que el aumento de tarifa no sería “caridad con el país vecino”, sino una situación en la que tanto Brasil y Paraguay se beneficiarán.

Ella dijo que Itaipú es autosuficiente y “paga” con la generación de energía.

“El argumento de que Paraguay no entró nada, solo fue con el agua, es un argumento prejuicioso, simplista y desinformado, porque el agua es un recurso estratégico”, acotó Hoffmann.

Dijo además que consideraba la corrección solicitada como atendible, trayendo a colación después que el último ajuste se llevó a cabo en 2005 y que todo contrato de más de tres o cuatro años admitía una revisión.

13 de Mayo de 2011 / 13 de Maio de 2011

Manifestó además a sus colegas que mismo con la nueva tarifa, la energía resultaba muy barata para el Brasil considerando que el valor de mercado está actualmente entre los US\$ 136 a US\$ 145 el MWh.

El líder del PPS y ex presidente brasileño, senador Itamar Franco, fue uno de los mayores detractores del proyecto. Itamar expresó que los consumidores brasileños y los contribuyentes de hecho se verán afectados por este aumento.

En su interpretación, el ajuste propuesto por el gobierno brasileño se ha definido “por factores subjetivos y políticos”, dice el reporte de Agencia Senado.

Cuestionó también en otro momento que “la caja negra” de la Itaipú siga sin poder ser revisada. “Por la indiferencia del gobierno y senadores de la oposición”, acusó.

“Por la ignorancia evidente que el Senado tiene costos involucrados y las dudas sobre la necesidad de aumentar la tasa efectiva, no podemos estar a favor de este proyecto”, apuntó el líder del PPS.

Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE) sostuvo que la postura de las autoridades paraguayas en la negociación con Brasil estuvo caracterizada por “la arrogancia y el autoritarismo”.

## Paraguay - La Nación

### Congreso autoriza a Hacienda liberar fondos del Focem para la Binacional

El Senado sancionó en la víspera el proyecto de ley que autoriza al ministerio a entregar a la Itaipú, US\$ 100 millones.

Ayer quedó sancionado y pasa al Poder Ejecutivo para su promulgación el proyecto de ley que autoriza al Ministerio de Hacienda, a entregar a la Entidad Binacional Itaipú, 100 millones de dólares del Fondo de Convergencia Estructura del Mercosur (Focem), monto que será destinado para financiar una parte de las obras de

13 de Mayo de 2011 / 13 de Maio de 2011

---

construcción de la línea de transmisión de 500 kilovoltios (kV), que unirá Itaipú con Villa Hayes.

Las modificaciones introducidas por Diputados fueron aceptadas por los senadores y de esta manera se dejó sin efecto la obligación establecida en principio para que la Ande compense con obras, al Estado hasta 100 millones de dólares.

De esta forma, se aceptó la eliminación de los artículos 5 y 6, en los que se establecía que se “compensará al Tesoro Nacional, a través del Ministerio de Hacienda, los desembolsos realizados hasta el monto establecido en el Artículo 1º (en este caso 100 millones de dólares), a través del mejoramiento de su sistema de distribución subterráneo y aéreo”.

También se faculta al Ministerio de Hacienda, a implementar en coordinación con la Ande, los procedimientos necesarios para el efecto, así como para la compensación por consumo de energía eléctrica de la Administración Central.

Los legisladores, representantes de las comisiones asesoras indicaron que efectivamente, la modificación introducida corresponde y que de haber sido más cautelosos, los mencionados artículos se hubieran eliminado ya en el Senado.

#### DUDAS

Para Eduardo Felippo, vicepresidente de la Unión Industrial Paraguaya (UIP), la línea de 500 kilovoltios, no es ninguna cesión del Brasil. “No hay nada, el Brasil colabora para el Focem, pero la línea se hace con fondos del Focem, que para mí todavía está muy oscuro. La línea de 500 está trancadísima, porque en Brasil se judicializó la primera adjudicación”, subrayó al respecto.

Por su parte, Germán Fatecha, titular de la Ande, dijo que ya no hay forma de parar la construcción de la línea de 500 kV, y que en el peor de los casos, si se demorara la construcción de la subestaciones por la judicialización, de todos modos se podrá transmitir en 220 kV.

Ángel María Recalde, ex director de Yacyretá, puso en duda que Brasil realmente tenga la intención de financiar la línea de 500 kV, ya que la energía excedente de

---

14  
La Selección de Noticias del MERCOSUR reúne notas de prensa de distintas fuentes. Esta Selección no refleja la opinión ni posición oficial del Parlamento del MERCOSUR; su contenido es incluido sólo como una referencia a los visitantes de nuestra página en Internet. / A seleção de notícias do MERCOSUL reúne notícias de imprensa de distintas fontes. Esta seleção não reflete a opinião e posição oficial do Parlamento do MERCOSUL, sendo apenas uma referência aos visitantes do nosso site.

13 de Mayo de 2011 / 13 de Maio de 2011

---

Paraguay le es muy necesaria. Agregó que aún está por verse si es que el país vecino cumple con la promesa, aunque de hecho, ya mintió diciendo que la línea sería “sin costo” para Paraguay, ya que en contrapartida, el país deberá aportar más de 200 millones de dólares.

#### REACCIONES-EMPRESARIOS

“Debemos estar esperanzados”

- Max Haber, Titular del CIP

“Hay ciertas dudas, pero también tenemos que estar esperanzados de que podemos lograrlo”, expresó el titular del Centro de Importadores del Paraguay (CIP) Max Haber, al ser consultado sobre la aprobación del uso de los fondos del Focem, para la construcción de la línea de 500 kV. Señaló que la distribución de la energía es una necesidad urgente que está instalada a nivel nacional. Agregó que el beneficio con la terminación de las líneas será enorme con la instalación de más industrias y empresas, lo que a su vez generará mucha mano de obra en el país. “Esto beneficiará a todo el Paraguay, somos un país rico en energía eléctrica pero nos falta la buena distribución de a misma y por eso se debe eliminar la saturación” manifestó el empresario.

“Ojalá que no se trabe después”

- Héctor Cristaldo, Productor

Héctor Cristaldo UGP

El referente de la Unión de Gremios de la Producción (UGP), Héctor Cristaldo opinó que esta aprobación por parte del Senado es un paso positivo para el buen momento económico que se atraviesa actualmente en el país. “Ojalá que no se trabe por cuestiones legales que dificulten generar las infraestructuras que hagan falta para sostener el crecimiento de la economía y servicios que la gente” sostuvo. Explicó que el “cuello de botella” es la precaria provisión de energía que existe actualmente, sobre todo a las empresas del interior. “Es muy nuestro aprobar

13 de Mayo de 2011 / 13 de Maio de 2011

---

cosas importantes y trabajar por intereses particulares como pasó con el segundo puente que por una traba de contratación, no tenemos”, recordó el empresario.

## Uruguay – El País

### Mercosur arrastra excedente de arroz

Es casi el 10% del comercio mundial

La región muestra un excedente en la producción de arroz de casi 3 millones de toneladas que representan casi el 10% del comercio mundial. El atraso en la siembra de EE.UU. alimenta la esperanza de poder vender más en el Caribe y en la UE.

Si Estados Unidos planta menos arroz debido a las inundaciones y otros problemas climáticos que están generando atrasos en las siembras, la industria uruguaya podría colocar mayores partidas del cereal en mercados del Caribe (caso de Puerto Rico y México), así como en la Unión Europea.

Para los molinos uruguayos, el mercado de la Unión Europea ya está bien consolidado y el arroz uruguayo pudo ingresar gracias a que no existe presencia de arroces transgénicos. Años atrás se detectaron residuos de arroces genéticamente modificados en la Unión Europea, donde está prohibido el uso de esos organismos y Uruguay aprovechó la oportunidad para meterse en este destino, que zafra tras zafra, compra y ayuda a mantener los precios.

El Mercosur acarrea un excedente de casi 3 millones de toneladas que representan prácticamente el 10% del comercio mundial del grano (se comercializan entre 30.000 y 31.000 toneladas del cereal) y ese excedente hace que prácticamente no se pueda colocar arroz en Brasil, un fuerte comprador de Uruguay en cada zafra.

Por ahora, los molinos están vendidos hasta julio y vuelcan partidas en Perú, Irán e Irak. A ellos se suman la Unión Europea y algunos nichos en el mercado del Caribe, donde se pagan precios atractivos.



13 de Mayo de 2011 / 13 de Maio de 2011

---

ABASTECIDO. La cosecha 2010/2011 emerge en el marco de un mercado mundial plenamente abastecido, donde la producción supera al consumo en 5,0 millones de toneladas que representan el cuarto año consecutivo con superávit de arroz, según un análisis de la Asociación Cultivadores de Arroz. Según las previsiones del Departamento de Agricultura de Estados Unidos, el consumo mundial de arroz bate otro récord al crecer 5,86%, mientras que la producción lo hizo en 7,43%, según el análisis de ACA.

Respecto a la zafra pasada, el consumo del cereal creció 1,90% y la producción subió 2,40%. El volumen de arroz comercializado en el mundo será muy similar al de las zafra anteriores.

La eficiencia de la cadena arroceras es indiscutible. Uruguay ocupa con arroz poco más del 1% de su territorio y exporta más del 90% de su producción; hoy es el séptimo exportador mundial de arroz. El resto del arroz tiene por destino la producción de semilla para la zafra venidera y un 5,2% de la producción se comercializa internamente para consumo directo.

La zafra 2010/2011 muestra un rendimiento récord y supera los 8.000 kilos por hectárea.